

A ONU enfrenta o problema da dívida

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

A Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) avançou mais um passo, nesta semana, ao outorgar um mandado específico de negociação da dívida externa do Terceiro Mundo ao seu secretário-geral, o peruano Javier Pérez de Cuéllar.

O artigo 11 da Resolução 43/198, aprovada com 150 votos a favor e o isolado voto contra dos Estados Unidos, com abstenção do Japão, "requer que o secretário-geral continue seus esforços, mediante um processo de consultas de alto nível, como adequado, com chefes de Estado ou de governo e outras partes concernentes, para contribuir por uma compreensão comum da solução do endividamento externo dos países em desenvolvimento, no contexto de seu crescimento e desenvolvimento.

O próximo passo do secretário-geral, para cumprir sua nova missão, será a indicação de um secretário-assistente para assuntos económicos, que deverá ajudá-lo acompanhando a questão da dívida externa em tempo integral.

Para se chegar ao texto aprovado, as diferentes

partes interessadas negociaram desde a inauguração da Assembléia Geral no final de setembro. O Grupo dos 77, que reúne os países em desenvolvimento e na verdade é composto por 127 dos 159 países com assento na ONU, foi representado na maior parte das negociações pelo grupo de redação, chamado de Grupo dos 27, onde os países da América Latina são particularmente ativos.

Nos doze artigos da resolução, os países em desenvolvimento conseguiram introduzir vários conceitos implantados na sétima UNCTAD, em Genebra, em agosto de 1987: a idéia de que a dívida inclui responsabilidades compartilhadas por credores e devedores, por exemplo, ou a de que o pagamento tem de levar em conta a capacidade que o devedor tem para pagar.

Consta também uma referência à transformação dos países da América Latina em exportadores líquidos de capital desde a crise do sistema financeiro internacional em 1982. Os Estados Unidos resistiram particularmente a essa expressão, que no entanto passou sob o argumento de que já foi usada até pelo Banco Mundial (BIRD).

Mas não passou a expressão "net transfer", substi-

tuída pela mais sutil "net outflow", que significa a mesma coisa. Curiosamente, os norte-americanos, que votaram contra a resolução, aprovaram o uso da expressão "transferência líquida de capital" em duas negociações anteriores: no Comitê de Programação e Cooperação, um órgão de gestão interna da ONU, e no Relatório do Ecosoc (Economic and Social Council), julho passado, em Genebra.

O Grupo dos 77 inseriu na resolução da semana passada também dois conceitos novos na linguagem da ONU: os de redução da dívida e os de fadiga nos programas de ajustamento.

Os norte-americanos igualmente se opuseram aos dois termos, mas eles passaram, com apoio europeu, quando ficou demonstrado que mesmo o Fundo Monetário Internacional já usou a expressão "fadiga de ajustamento" ao reavaliar seus programas nos países em desenvolvimento.

A redução da dívida acabou incluída em dois distintos parágrafos da resolução, e num deles, o 9º, a ONU reconhece que é necessário reduzir "tanto quanto o estoque quanto o serviço".

(Continua na página 2)